

## PODER

## Entidade alerta sobre Ficha Limpa

Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral repudia iniciativas do Congresso que colocam em xeque as conquistas da lei

» ALÍCIA BERNARDES

O Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) condenou, ontem, iniciativas em tramitação no Senado que, na avaliação da entidade, colocam em risco os pilares da Lei da Ficha Limpa. O principal alvo é o Projeto de Lei Complementar (PLP) 192/2023, que está previsto para votação hoje e propõe flexibilizar os prazos de inelegibilidade. A medida pode abrir caminho para que políticos condenados retornem às urnas antes de cumprirem integralmente suas penas. Também sob críticas está o PLP 112/2021, que faz parte da proposta de reforma do Código Eleitoral e, segundo o movimento, fragiliza mecanismos de fiscalização e controle.

Para o diretor do MCCE, Luciano Caparroz dos Santos, os dois textos representam retrocessos profundos no combate à corrupção. Ele defende que mudanças em uma lei de iniciativa popular não podem ocorrer sem consulta direta à sociedade. “Quando os parlamentares alteram a legislação eleitoral, eles estão legislando em causa própria. Isso deveria ser submetido a plebiscito ou referendo, de forma que a sociedade pudesse decidir. Especialmente porque a Lei da Ficha Limpa surgiu da mobilização popular com mais de 1,6 milhão de assinaturas”, disse, em entrevista ao **Correio**.

As alterações propostas reduzem o alcance das punições previstas atualmente. Hoje, a inelegibilidade é de, no mínimo, oito anos, podendo se estender de

Edilson Rodrigues/Agência Senado



A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou o novo Código Eleitoral, que será votado, hoje, em plenário

acordo com o tempo de cumprimento da pena. Na prática, isso significa que políticos condenados podem ficar afastados por mais de uma década. Caso as mudanças sejam aprovadas, o tempo máximo será limitado a oito anos. “Com essa mudança, uma pessoa

condenada a dez anos de prisão poderia, faltando dois anos para cumprir a pena, registrar candidatura — inclusive estando presa”, alertou Caparroz. Ele também ressaltou que a flexibilização é direcionada, principalmente, a crimes políticos, eleitorais e

de improbidade administrativa, criando benefícios específicos para a própria classe política.

Na avaliação do MCCE, o Congresso adota um duplo padrão: enquanto tem ampliado penas e endurecido leis na área criminal, atua no sentido inverso ao tratar

de regras eleitorais, reduzindo barreiras e facilitando a vida de políticos condenados. “Essa discrepância compromete a credibilidade do sistema político. A sociedade já é crítica em relação aos partidos e ao Parlamento, e medidas como essas aprofundam a desconfiança”,



**Essa discrepância compromete a credibilidade do sistema político. A sociedade já é crítica em relação aos partidos e ao Parlamento, e medidas como essas aprofundam a desconfiança”**

**Luciano Caparroz dos Santos, diretor do MCCE**

argumentou o diretor.

Diante do cenário, o movimento intensificou esforços para barrar os projetos. Segundo Caparroz, o MCCE tem feito reuniões em gabinetes, conversado com assessores e parlamentares e mobilizado os comitês estaduais, que pressionam os senadores em suas bases eleitorais.

Além disso, campanhas em redes sociais e ações de conscientização buscam ampliar a pressão popular. “Estamos mobilizando a sociedade porque entendemos que a Lei da Ficha Limpa é patrimônio do povo brasileiro. Sua defesa não é apenas do MCCE, mas um dever coletivo”, reforçou.

## CPMI do INSS: convocação de ex-ministros

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começa, hoje, com ministros da Previdência dos governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dos ex-presidentes Dilma Rousseff (PT) e Jair Bolsonaro (PL) na mira do colegiado.

Deputados e senadores devem votar a convocação do ex-ministro Carlos Lupi, que chefiava a pasta quando as fraudes em aposentadorias e pensões foram alvo da Operação Sem Desconto, em abril deste ano. Lupi pediu demissão em maio.

ACPI Mista pautou ainda a convocação de José Carlos Oliveira, que comandou o ministério no governo Bolsonaro, e Carlos Gabas, titular da Previdência na gestão Dilma. A oposição definiu como prioridade essas convocações e a de dez ex-presidentes do INSS no período de 2012 a 2025.

Todos os requerimentos foram apresentados pelo relator da comissão, deputado Alfredo Gaspar (União Brasil-AL). Gaspar disse, na semana passada, que agirá em busca de quem deu “suporte político” para as operações fraudulentas.

O relator também protocolou requerimento para convocar Antônio Carlos Camilo Antunes, conhecido como “Careca do INSS”, e o atual ministro da Previdência, Wolney Queiroz, mas esse pedido ainda não havia sido incluído na pauta.

A instalação da comissão deixou um saldo de derrotas para o governo e a cúpula do Congresso, na última semana. A oposição aproveitou a desarticulação da base governista e conseguiu eleger o comando do colegiado, considerado primordial por causa da potencial repercussão e exploração política dos trabalhos.

Uma das estratégias da oposição é tentar constranger governistas. O Executivo escalou uma tropa de choque e acredita ter maioria no colegiado para barrar convocações como a do irmão de Lula, o Frei Chico, que é dirigente de uma das entidades que foram citadas nas investigações sobre fraudes.

“Eles vão ter que colocar as digitais para bloquear (convocações). Se tiverem maioria e bloquearem requerimentos, vão

Saulo Cruz/Agência Senado



O deputado Alfredo Gaspar, relator da CPMI, e o presidente da comissão, senador Carlos Viana

revelar qual era o interesse em ter o comando da CPI”, disse o senador Eduardo Girão (Novo-CE).

Esse constrangimento tem motivado integrantes da CPI a querer sair do colegiado. O senador Renan Calheiros (MDB-AL) pediu ao líder do partido, senador Eduardo Braga

(AM), para substituí-lo. O próprio Braga teria o desejo de deixar a comissão. No PSD, o líder Omar Aziz (AM) e o senador Otto Alencar (BA) também ensaiam uma saída.

“Vamos punir os criminosos e propor mecanismo para evitar a reincidência no futuro.

Principalmente derrotando o PT (na eleição de 2026) e a república sindical nas próximas eleições”, afirmou Rogério Marinho (PL-RN), líder da oposição no Senado.

O deputado Coronel Chrisóstomo (PL-RO) disse que a oposição quer ouvir “inclusive o irmão



**Vamos punir os criminosos e propor mecanismo para evitar a reincidência no futuro. Principalmente derrotando o PT (na eleição de 2026) e a república sindical nas próximas eleições”**

**Rogério Marinho (PL-RN), líder da oposição no Senado**

de Lula”. “Sou titular da comissão e tenho mais de 200 requerimentos para apresentar. Tem muita gente para ouvir e vários sindicatos.”

**Leia entrevista com o ministro da Previdência, Wolney Queiroz, na página 7**

## RELAÇÕES EXTERIORES

## Israel rebaixa laços com o Brasil

» RENATA GIRALDI

As tensões entre os governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, agravaram-se após a recusa do Brasil de conceder o agrémento ao embaixador do Israel em Brasília, Gali Dagan. De acordo com o jornal *The Times of Israel*, Tel Aviv “rebaixou os laços” com o Brasil depois da rejeição ao diplomata. O rebaixamento é um sinal de descontentamento com as ações do outro país, medida utilizada como instrumento de pressão para mudança de posição, mas também interpretada como provocação.

Na diplomacia, “rebaixamento de laços” significa redução ou interrupção do nível de relações entre países. Não há gradação em teoria, mas, na prática, entende-se que, quanto mais baixo o nível hierárquico do diplomata encarregado de negócios, mais rebaixada está a relação. É o esfriamento das relações, podendo impactar na diminuição das missões diplomáticas (embaixadas e consulados) até a suspensão ou mesmo o rompimento total das relações diplomáticas, como forma de protesto, gestão de crises ou sinalização política.

Parte desses efeitos já ocorrem, como a retirada de embaixadores. Atualmente, há um representante

Reprodução Tv Senado



Amorim disse que o Brasil só reagiu a tratamento dado a diplomata

de negócios do Brasil em Israel, respondendo pela embaixada em Tel Aviv. Em casos mais extremos, pode haver o encerramento das

atividades das representações diplomáticas e a diminuição da cooperação bilateral, inclusive, com suspensão e cancelamento de

acordos e intercâmbios.

Durante o apartheid na África do Sul, o Brasil rebaixou a relação e manteve, como encarregados, segundo ou primeiro-secretário, e não um ministro-conselheiro, por exemplo.

## Crise

Há seis meses, Lula chamou de volta para Brasília o embaixador brasileiro em Israel, Frederico Meyer. Na ocasião, foi uma reação do governo do Brasil à repercussão negativa às afirmações do presidente sobre o tratamento dispensado por Netanyahu aos palestinos. O petista comparou o que se passa em Gaza ao “genocídio” promovido pelos nazistas na Segunda Guerra Mundial. Segundo ele, Israel agia como “Hitler quando decidiu matar os judeus”. A partir daí, o chefe do Executivo passou a ser tratado como uma “persona non grata” pelo governo de Israel.

Na segunda semana deste mês, o então embaixador de Israel no Brasil, Daniel Zonshine, deixou o posto, e o nomeado Gali Dagan, que estava na Colômbia, aguardava a sinalização do Palácio do Planalto para assumir as funções. Porém, essa indicação não ocorreu. Em audiência pública, o assessor especial para assuntos internacionais da Presidência da República, Celso Amorim, argumentou que o governo brasileiro apenas reagiu ao tratamento dispensado ao diplomata brasileiro em Tel Aviv, que teria sido humilhado.

Antes de deixar o Brasil, Zonshine lamentou o recrudescimento das relações com Israel. Gali, nomeado para sucedê-lo, deixou a Colômbia em meados de 2024 depois de tensões com o governo de Gustavo Petro — crítico aberto das ações de Netanyahu na Faixa de Gaza e, assim como Lula, classificou a guerra como “genocídio”. **(Colaborou Rodrigo Craveiro)**